

COLÓQUIO "SOCIEDADE, VALORES E EDUCAÇÃO"



DEMOCRACIA E CIDADANIA: O PAPEL DOS VALORES

Fundação Cuidar o Futuro

MANUEL BRAGA DA CRUZ

Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Professor do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica

Lisboa, Março 1998

RESUMO



Democracia e cidadania cresceram ao longo da modernidade, e assumiram através desse crescimento um significado axiológico diferenciado e evolutivo, estabelecendo ao mesmo tempo progressivas exigências de satisfação e quadros institucionais de realização.

A cidadania começou por significar liberdade, nos começos do liberalismo, mas no final do século XIX de cívica tornou-se política, passando a significar participação. Com a crise do liberalismo, no final do primeiro quartel do século XX, a cidadania tornou-se social, passando a querer dizer também solidariedade. Hoje, com os novos direitos da vida e do ambiente, a cidadania traduz também as exigências da qualidade. Mas como estes novos direitos não se satisfazem mais no quadro do Estado-Nação, a cidadania deixou de se identificar com a nacionalidade e tornou-se numa realidade pluri-identitária.

Tal como a cidadania, também os valores da democracia conheceram uma evolução, com a passagem da cultura materialista das sociedades industriais para a cultura pos-materialista das sociedades pos-industriais, a ponto de as clivagens das democracias serem hoje cada vez menos sociais e cada vez mais culturais.

Educar para os valores e pelos valores da cidadania e da democracia pressupõe tornar a educação, ela própria, mais cívica e democrática. Nesse sentido, a educação precisa de ser devolvida à sociedade civil, de se tornar mais competitiva, mais livre, participativa e mais inclusiva.

Os valores da cidadania e da democracia devem ser não só objectivos da educação, mas converter-se nos processos pedagógicos, devem ser assumidos e incarnados pelos próprios professores.

Educar para os valores e pelos valores é hoje não apenas um programa pedagógico, mas uma estratégia de reforma quer da educação quer da democracia e, com elas, de desenvolvimento da sociedade portuguesa.



Fundação Cuidar o Futuro



O tema deste colóquio - "Sociedade, valores e democracia" - parece pressupor que uma educação para a sociedade não se pode fazer sem valores, que a educação como processo social é necessariamente uma educação por valores, para os valores e pelos valores. Os valores serão actores, objectivos e instrumentos da educação. Só quem tem valores pode educar, porque os objectivos da educação são inexoravelmente axiológicos, e os processos educativos são eles próprios avaliativos e normativos.

Foi-me pedido que analisasse expressamente o papel dos valores na educação para a democracia e para a cidadania. Democracia e cidadania aqui assumidos também como valores, e não apenas como sistemas ou realidades. Como valores que finalizam e moldam a educação, também ela entendida como processo social e não apenas como sistema.

Educar para a democracia e para a cidadania pressupõe cidadãos democratas, capazes de orientar para a democracia e para a cidadania, através de uma pedagogia ela própria democrática e cívica. Quer isto dizer que, sendo valores a democracia e a cidadania, devem ser pressupostos procurados e prosseguidos, postos em prática na educação. Não são dados adquiridos e inevitáveis. Pressupõem uma permanente procura, defesa e construção, para poderem evoluir.

A democracia e a cidadania cresceram ao longo da modernidade, e assumiram através desse crescimento um significado axiológico diferenciado e evolutivo, estabelecendo concomitantemente progressivas exigências de satisfação e quadros institucionais de realização. Com a pos-modernidade adquiriram novos significados e exigiram novas traduções.

I. Os valores da cidadania

A moderna concepção liberal de cidadania, que remonta à Revolução Francesa, e à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, contrasta com a concepção de cidadania da antiguidade clássica.

A noção grega de cidadania repousava sobre a antítese entre o cidadão e o súbdito, pressupunha por isso a desigualdade entre os homens e a primazia clara do cidadão sobre o súbdito, reservando à cidadania as prerrogativas da participação na vida da cidade e da elegibilidade para cargos públicos, excluindo dela os escravos e os estrangeiros.

Na Roma antiga, a cidadania significava igualmente a inclusividade no Império, a pertença ao Estado. A cidadania era por isso um estatuto legal mais do que uma pertença comunitária. O cidadão romano era sujeito de direitos, gozava de prerrogativas especiais de privilégio.

No dealbar da época moderna, a cidadania começou a significar não já apenas essa abrangência - cidadãos eram todos os que estavam sob a alçada de uma soberania - mas também a implicar uma protecção dessa soberania. Cidadãos eram todos os que estavam sob a protecção soberana do príncipe. O estatuto de cidadania era meramente passivo, mas geral, e pressupunha como princípio unificador a subordinação à soberania do príncipe. Cidadão era o sujeito da soberania. Cidadania traduzia sujeição.

Ora a moderna concepção liberal da cidadania assenta na igualdade de todos os homens perante a lei e traduz-se em primeiro lugar na liberdade. O primeiro valor assumido pela cidadania foi o valor da liberdade.

O cidadão do primeiro liberalismo é o sujeito de direitos e deveres que foram concebidos e traduzidos como direitos do indivíduo em face do Estado, contra ele. Os primeiros direitos de cidadania foram os direitos cívicos ou direitos liberais. Tais direitos eram afirmados para defender o indivíduo da prepotência ou invasão do Estado. Contra a



publicidade do Estado afirmava-se a privacidade cívica do indivíduo, possuidor dos direitos de liberdade (de consciência, de expressão, de imprensa, de livre opinião), de propriedade, de segurança. Eram direitos anteriores e superiores ao Estado, porque dos indivíduos, firmatários do contrato social originário do Estado.

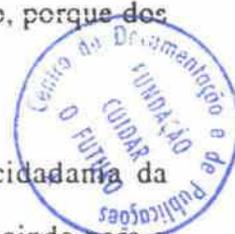
A cidadania, como afirmação da liberdade individual, como cidadania da liberdade, era contudo e sobretudo uma cidadania para o mercado e não ainda para o Estado. Como terreno de privacidade, opunha-se ao Estado, como terreno de publicidade. Dizia tão só respeito à sociedade civil e não ainda à sociedade política. Não era ainda, por isso, democrática.

Contudo, o exercício dessa liberdade confinava-se socialmente aos proprietários, à burguesia, tornando-se numa cidadania desigual. A sociedade civil, ou dos cidadãos, era justamente a sociedade burguesa.

Mas ao longo de todo o séc.XIX assistiu-se ao progressivo alargamento da cidadania ou, por outras palavras, à sua democratização.

A cidadania, de meramente cívica que era, tornou-se política. Com a crescente afirmação dos direitos políticos democráticos, chamados também direitos de segunda geração, entre os quais, e acima de todos, o direito de sufrágio, cada vez mais alargado e universalizado, o direito de associação profissional e sindical, o direito de petição e demonstração política e social (greve incluída), o direito de igual acesso a cargos políticos.

Este alargamento não se fez sem contrapartidas, designadamente prestações ao Estado, entre as quais o fisco, a conscrição militar, a escolaridade obrigatória. Cresceu aliás na proporção destas prestações. O alargamento do sufrágio foi feito primeiro em base censitária e capacitária, e assumiu formas ponderadas e estratificadas, consoante a capacidade económica e intelectual (voto ponderado e voto estratificado).



O sujeito destes direitos já não é o "indivíduo contra o Estado" de Herbert Spencer, mas sim o cidadão do Estado, integrado nele, vivendo na sociedade política.

Do entendimento elitista da cidadania, feita de direitos vividos apenas por alguns privilegiados, passou-se gradualmente à cidadania de massas, que se viram assim integradas na política moderna, graças ao contributo das grandes organizações sindicais e dos grandes partidos que deixaram de pretender apenas representá-las mas também enquadrá-las e integrá-las.

A cidadania passou a significar, na transição do séc. XIX para o séc. XX, além do valor da liberdade, também o valor da participação. Participação que o alastramento da escolaridade obrigatória tornava possível tanto em termos económico-sociais como políticos.

A escolarização da sociedade foi de facto uma condição de possibilidade da democratização da cidadania, porque promotora de liberdade e de autonomia dos indivíduos (tanto em termos intelectuais como económico-sociais), porque promotora de emancipação e autonomia intelectual e social das grandes massas.

Fundação Cuidar o Futuro

Da mesma maneira, a conscrição militar, ao possibilitar uma maior mobilidade geográfica e ocupacional, contribuiu de forma decisiva para a construção de uma identidade nacional, integrando nela sectores sociais que até aí estavam confinados a horizontes paroquiais.

Por seu turno, o associativismo laboral contribuiu igualmente não só para a maior organização como também para a maior autonomia social das grandes massas.

Todos estes fenómenos foram factores da democratização da cidadania, ampliando o exercício dos direitos de participação e a correspondente prestação de deveres.

Cidadão passou a ser todo o votante ou eleitor, não meramente o alfabetizado ou contribuinte, passou a ser também todo o soldado. O cidadão-soldado, ao entrar no serviço militar, deixa de ser membro de uma região, de uma aldeia, de um grupo social,



desclassifica-se, deixa a sociedade civil, e passa a fazer parte do Estado-Nação. O serviço militar obrigatório e universal, fundado na dívida para com o Estado, reforça o controlo cívico, contrabalança os interesses políticos locais com os centrais.¹

Com a crise do liberalismo, ocorrida no primeiro quartel do séc.XX, e sobretudo com a crise económica e financeira do capitalismo, nos anos 20, que alterou significativamente o papel e a colocação do Estado em relação à sociedade, a cidadania vai conhecer nova evolução, sobretudo com a formulação dos novos direitos sociais.



Além de liberdade e participação, a cidadania passará também a traduzir o valor da solidariedade social. De meramente cívica e política, a cidadania tornar-se-á também social. O indivíduo, de sujeito activo de direitos que já era, passa também a ser sujeito passivo a quem se devem direitos. Por isso, estes direitos de terceira geração se distinguem dos anteriores, que eram direitos de, tornando-se direitos a. Os direitos sociais são prestações que passam a impender sobre o Estado, alterando desse modo a sua função. O Estado deixa de ser um simples árbitro para passar a ser interventor, curador dos direitos do cidadão. O cidadão passou a ser o trabalhador ou produtor.

Toda esta evolução da cidadania moderna assentou porém numa nova antítese: a que separa o cidadão do estranho ou do estrangeiro. Porque a cidadania se desenvolveu no quadro dos Estados Nações, acabou por se traduzir juridicamente na noção de nacionalidade. Os cidadãos eram nacionais de um Estado, que se limitava a reconhecer e a proteger esses direitos apenas aos seus súbditos, e a recusá-los aos estrangeiros, sobretudo aos estrangeiros nele residentes.

A cidadania moderna repousou assim sobre uma demarcação de identidades nacionais, sobre a afirmação de uma pertença a uma determinada comunidade cívica,

¹ Morris Janowitz, The reconstruction of patriotism. Education for Civic Consciousness, Chicago & London, The university of Chicago Press, 1983, p.31

política e social: às sociedades nacionais. Por isso a cidadania era concebida na base da exclusividade e da rivalidade com os que não eram nacionais, com os estrangeiros. Tal como não se partilhavam nacionalidades (senão em casos limites e limitados) também não se partilhavam cidadanias. Não se podia ser cidadão de dois países, nem de duas realidades sobrepostas.

Ora hoje assistimos a uma nova reformulação da cidadania, com a emergência de novos direitos, que não poderão ser satisfeitos mais no quadro demasiado estreito do Estado-Nação, e exigem um mais vasto enquadramento global, por um lado, e novos e mais exíguos enquadramentos sub-nacionais ou locais, por outro.

A globalização e o localismo, verso e reverso de um mesmo fenómeno processual, que tornam o Estado-Nação demasiado pequeno para enfrentar os grandes problemas, e demasiado grande para ser capaz de entrar no entendimento e na satisfação adequada de pequenos problemas, no dizer de Daniel Bell, estão a reformular a cidadania não apenas em termos de valor, mas também em termos de quadro referencial.

A cidadania traduz, nas sociedades de consumo de hoje, cada vez mais, o valor da qualidade de vida, do respeito por si próprio, pelos outros e pela natureza. O sujeito destes novos direitos da vida e do ambiente, de qualidade, de participação mais intensa, de excelência, é agora sobretudo o consumidor.

Ora estes novos direitos do consumidor não encontram satisfação no simples quadro nacional. Problemas como o da segurança nuclear (bélica e energética), o da segurança dos oceanos contra os derrames petrolíferos, o do buraco do ozono, e outros, não são resolúveis por um só Estado-Nação, mas num quadro global e mundial.

Por outro lado, a cidadania, ao deixar de ser apenas nacional, está a deixar de ser exclusiva e incompatível com outras cidadanias. A multiculturalidade das sociedades ocidentais desliga definitivamente também cidadania de nacionalidade, pluralizando as cidadanias, ou seja, configurando por um lado cidadanias plurinacionais e pluriculturais,



Fundação Cuidar o Futuro

e por outro lado cidadanias múltiplas, como a acumulação da cidadania europeia com as cidadanias nacionais da Europa o demonstra.



As cidadanias deixam assim de se contrapor e de se distribuir gradualisticamente enquanto pertenças e identificações socio-políticas, como indicadores de desenvolvimento. As identidades cívicas e políticas foram vistas por alguns teóricos do desenvolvimento político, como estando distribuídas num contínuum evolutivo, que ia desde o paroquialismo ao cosmopolitismo. O paroquialismo, e a seguir o regionalismo, eram encarados como identidades cívicas sub-nacionais, e denunciadoras de sub-desenvolvimento político, enquanto o europeísmo e o globalismo, como identidades cívicas supra-nacionais, traduziam um maior desenvolvimento.

A mais acentuada identidade paroquial e regional pertenceria aos menos instruídos, aos menos informados, aos menos expostos à comunicação social, aos menos desenvolvidos económica e socialmente, aos de baixo rendimento e posição social, aos menos viajados, etc. O aumento de consciência trans-nacional (mundial, ou continental) dar-se-ia com o desenvolvimento da instrução, da comunicação, da informação, da mobilidade social e ocupacional ascendente, com o grau de concentração urbana. A ampliação da cidadania seria fruto do maior desenvolvimento social e político.

Esta visão desenvolvimentista das identidades cívicas repousa sobre a compartimentação das cidadanias e das identidades, e ignora o carácter concêntrico e complementar das identidades cívicas que, longe de rivais e exclusivas, se reforçam mutuamente e crescem não na proporção inversa, mas concomitantemente. Quanto mais global mais local, quanto mais trans e sub nacional mais nacional.

Como o demonstra o processo de integração europeia, a Europa das Nações deixou de ser incompatível em termos cívicos com a Europa dos cidadãos e das regiões. A cidadania europeia reforça-se nas cidadanias nacionais, tal como as cidadanias nacionais se reforçaram a seu tempo com as identidades regionais. Os nacionalismos solidificaram as suas unidades nacionais com as diversidades regionais.

A cidadania é pois um conceito polissêmico e uma realidade plurifacetada. Cidadania quer dizer liberdade, participação igualitária, solidariedade social, qualidade de vida. Cidadania quer também dizer nacionalismo e patriotismo, enquanto pressupõe o Estado-Nação e a sua defesa, identificação com a comunidade nacional, com a sua tradição cultural e os seus valores sociais. São esses os valores da cidadania, desde a Revolução Francesa, valores que não podem encontrar mais satisfação senão num quadro muito varido e pluriforme de instâncias sociais.



2. Os valores da democracia

Tal como a ideia de cidadania, também a ideia da democracia tem conhecido uma longa evolução, mesmo na aceção moderna do termo.

A democracia, classicamente entendida como governo do povo para o povo, cedo se revelou uma falácia, propensa à negação da liberdade política e da democracia parlamentar. Em primeiro lugar porque, como anotou Schumpeter², é impossível tecnicamente pôr o povo a governar. Quem decide, quem governa, não é o povo todo, mas alguns por ele, quando muito escolhidos por ele. Em segundo lugar porque essa escolha de quem manda nunca é partilhada por todos, mas apenas por aqueles que preenchem os requisitos, quer etários, quer legais, quer residenciais (outrora mesmo culturais, fiscais, e outros ainda). É em terceiro lugar porque nem todos os governos com apoio popular, isto é apoiados pelo povo, são democráticos. Alguns houve que se tornaram ditaduras.

² J.Schumpeter, Capitalisme, socialisme et démocratie, Paris, Payot, 1979, p.321 e ss.

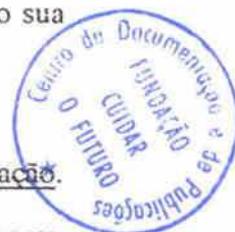
O povo não é pois nem o sujeito nem o objecto do governo democrático. O governo democrático é necessariamente um governo de representantes eleitos pela maioria, através de um sistema de livre competição por mandatos, no qual participa o mais vasto número possível de cidadãos.

A democracia tornou-se, na expressão política da modernidade, a par da industrialização, como sua expressão económico-social, e da secularização, como sua expressão cultural.

A democracia moderna pressupunha e exigia livre competição e participação. Através da liberdade e da participação na escolha da representação, a democracia integrou progressivamente, e cada vez mais, cidadãos na vida política, e muito especialmente as grandes massas operárias e rurais na política moderna, através dos chamados partidos de integração.

A participação era integrativa. Por isso Robert Dahl a traduziu, no seu modelo poliárquico, por "inclusividade"³. A democracia, ao promover a liberdade e a participação na escolha dos governantes, promovia a integração social, contribuindo para a regulação política dos conflitos sociais da industrialização e da secularização, mormente do conflito de classes e do conflito entre o Estado e a Igreja.

A estabilidade da democracia não depende apenas das condições económicas e sociais que Lipset⁴ pioneiristicamente enunciou, mas também de condições culturais,



³ Robert Dahl, Polyarchy. Participation and Opposition, New Haven & London, Yale University Press, 1971.

⁴ Seymour Lipset, Political Man, 1959, cp.2

sabido como é que o comportamento político não é apenas determinado ou condicionado por factores económico-sociais mas também por factores culturais.

Este sistema de participação que é a democracia exige uma específica cultura política, a que Gabriel Almond e Sidney Verba chamaram a cultura cívica⁵, ou seja um conjunto de orientações cognitivas, afectivas e avaliativas para com os objectos políticos (sistemas, papéis, actores, princípios, instituições), ou por outras palavras, conhecimentos, afeições, e valores, que predispuham à participação na vida política.

A cultura cívica, como cultura política democrática, distingue-se das culturas de imposição ou de súbdito, que são culturas paroquiais ou de subordinação, precisamente por ser uma cultura de participação. Assim como a cultura política tradicional produz paroquianos, e a cultura autoritária centralizada impõe súbditos, a cultura democrática gera cidadãos participativos.

Essa cultura cívica resulta de uma socialização cívica (tanto primária como secundária) de hábitos e práticas de participação na vida social, na sociedade civil, que propiciam e potenciam a participação política.

Fundação Cuidar o Futuro

Os valores fazem pois parte da cultura política, que é cultura não apenas enquanto conhecimento mas também enquanto dimensão emotiva e axiológica.

Entre os valores básicos de uma cultura política democrática estão a identidade política, entendida não apenas como identificação vertical (com uma entidade superior, com a Nação), mas também como identificação horizontal (solidariedade para com os demais concidadãos), o sentido de pertença comunitária, a identificação com os símbolos



⁵ Gabriel Almond & Sidney Verba, La Cultura Cívica. Estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones, Madrid, Euramerica, 1963.

dessa comunidade, a auto-confiança e a auto-estima comunitárias, a lealdade para com a comunidade⁶.

Ora os valores da cultura política têm vindo a conhecer uma grande transformação com a passagem das sociedades industriais para as sociedades pos-industriais e terciarizadas. Ronald Inglehart identificou essa transição cultural de valores como passagem de uma cultura materialista para uma cultura pos-materialista⁷.

Valores da cultura materialista das sociedades industriais seriam a subsistência económica e a ordem social (estabilidade económica, o crescimento económico, a repressão ao crime, a manutenção da ordem), enquanto os valores dominantes da cultura pos-materialista das sociedades pos-industriais seriam a sobrevivência e a qualidade de vida (uma vida pessoal mais livre, uma vida social mais personalizada, mais limpa e mais cultural)⁸.

A própria noção de participação teria sido alterada, passando da participação conduzida pelas elites para a participação conduzida para as elites. A primeira não passaria de uma mobilização de apoio às elites através de organizações (partidos, sindicatos, associações religiosas). A segunda atribuiria ao público uma importância acrescida no processo de tomada de decisões. Seria uma participação mais continuada e mais directa com menos intermediação das instituições, afectadas por uma crise de

⁶ Sidney Verba, "El estudio de la ciencia política desde la cultura política", Revista de Estudios Políticos, 138 (1964), 5-51

⁷ Ronald Inglehart, The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics, Princeton University Press, New Jersey, 1977.

⁸ Ronald Inglehart, "Neococonservatism and Value Change in the USA: Tendencies in the Mass Public of a Postindustrial Society", in John R. Gibbins, Contemporary Political Culture. Politics in a Postmodern Age, London, Sage Publications, 1989, p.85



confiança. Graças aos modernos instrumentos electrónicos, a opinião pública passaria a marcar mais directa e permanentemente as autoridades, que se veriam dimuídas na sua capacidade de gerir o tempo político por esta nova democracia electrónica.

Por via desta mudança cultural estaria a mudar a própria democracia. As clivagens políticas nas democracias das sociedades industriais, traduziriam sobretudo clivagens sociais, a ponto de se poder prever com forte probabilidade o comportamento político resultante da pertença a determinados status sociais, como o que Lipset estabeleceu entre tendências de voto e grupos de rendimento e ocupacionais⁹. A tal ponto tendiam essas sobreposições de clivagens sociais e políticas nas sociedades industriais, que Antonio Gramsci chegou a dizer dos partidos políticos que eram os nomes políticos das classes sociais em luta.

Ora nas sociedades pos-industriais assiste-se à diluição destas clivagens e às correspondentes alterações das sub-culturas políticas. A polarização do conflito de classe deu lugar à pulverização e à corporativização do conflito social. A classe deixou por isso de ser indicador de voto. Os "catch-all-parties" de Otto Kirscheimer¹⁰, com a sua heterogeneidade social e ideológica, deixam de traduzir clivagens sociais. O eleitorado perdeu as suas fidelidades eleitorais e institucionais, tornou-se muito mais volátil, votando com muito maior instabilidade, mudando de preferência e de sentido de voto ao sabor das influências do marketing político, e das vicissitudes espectaculares do mercado



⁹ Op.cit., cap.VII

¹⁰ Otto Kirscheimer, "The Transformation of the Western European Party Systems", in J.LaPalombara & M.Weiner, Political Parties and political Development, Princeton University Press, 1972,p.177 e ss.

político e eleitoral¹¹. As democracias pós-modernas são atravessadas sobretudo por clivagens culturais mais do que sociais ou económicas.

A cultura tornou-se por isso uma componente mais decisiva na configuração dos comportamentos políticos, das instituições e dos próprios sistemas. A democracia de hoje é mais cultural do que nunca, e por isso os valores assumem crescentemente papel de relevo nela.

Para esta transformação cultural da democracia e das sociedades pós-industriais muito teria contribuído não apenas o progresso económico, mas também o desenvolvimento da educação e da comunicação, pois quanto maior é o nível da primeira e a intensidade da segunda assim aumentam os indicadores culturais de pos-materialidade.

3. Educação para os valores da cidadania e da democracia



Fundação Cuidar o Futuro

A educação contribuiu de forma marcante para a evolução dos valores da cidadania e da democracia, alargando e democratizando a primeira, e tornando a segunda mais cultural e participativa.

Mas para que possa continuar a desempenhar esse papel, tem ela própria que se tornar mais cívica e democrática. O sistema educativo para ser cívico tem que ser democrático, competitivo, fomentador de participação e do sentido de responsabilidade, e não estimulador de irresponsabilidade, de apatia, e de desinteresse.

¹¹ Russell J. Dalton, Scott C. Flanagan & Paul A. Beck, Electoral Change in Advanced Industrial Democracies. Realignment or dealignment?, Princeton University Press, 1984

A educação precisa ela própria de ser civilizada, não apenas em termos pedagógicos, mas também em termos sistémicos, o mesmo é dizer que a educação precisa de ser devolvida à sociedade civil, destadualizada. Se não há cidadania sem mercado, não pode pensar-se numa educação cívica sem mercado de educação actuante e livre.

Partiu-se do princípio incomprovado de que a sociedade seria incapaz, por si só, de promover o indispensável desenvolvimento da educação das sociedades em vias de desenvolvimento, e por isso se incumbiu o Estado de promover esse esforço maciço, e de o fazer sozinho, por si próprio, sem estimular a sociedade civil a fazê-lo com o seu impulso. O resultado foi o crescimento ingente do sistema de ensino como sistema público, atrofiando e sufocando a iniciativa privada neste domínio, longe de ter produzido a sociedade civil forte e os cidadãos protagonistas do seu engrandecimento que se augurava, mas antes uma dependência estadualista que tolhe e paralisa a iniciativa e a criatividade social.

Não deixa de ser paradoxal que o maior esforço de "democratização" do ensino em Portugal, levado a efeito na viragem da década de 60 para a década de 70, se tenha traduzido na maior operação de estadualização do sistema de ensino, com a sua consequente politização. Educar para a democracia significou orientar para o Estado, com uma politização que está longe de traduzir "participação cívica".

"Civilizar" a educação tal é pois um desafio que se confunde com as exigências da sua democratização social e política.

Mas a educação cívica é sobretudo uma educação para os valores da cidadania e da democracia, a saber, a liberdade, a participação responsável, a solidariedade social, a defesa e o respeito pela vida e pela natureza, por um lado, e a competitividade e a inclusividade, por outro lado.

Tais valores não podem ser apenas definidos como objectivos exteriores ao processo educativo, mas têm que ser traduzidos nas práticas educativas. Devem ser



Fundação Cuidar o Futuro

incorporadas nos programas, em todos os programas, e não apenas confinados a uma disciplina específica, acontecendo às demais, sem o crédito e a exigência das demais.

Tais valores devem ser assumidos e incarnados pelos próprios agentes educativos, sobretudo pelos professores. Se os professores não forem cidadãos, como poderão padronizar modelarmente a cidadania nos que estão a educar? E que melhor maneira de produzir professores-cidadãos senão estimulando-os a ser criativos e responsáveis, não apenas em termos profissionais mas também sociais e institucionais?

Educar para os valores e pelos valores da cidadania e da democracia é hoje não apenas um programa pedagógico, mas uma estratégia de reforma quer da educação quer da democracia e, com elas também de desenvolvimento da sociedade civil.

Fundação Cuidar o Futuro

